

# AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA(\*)

RONALDO MOTA SARDENBERG  
HÉLIO SANTOS

Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, — Dr.<sup>a</sup> Dulce Maria Pereira, Presidente da Fundação Palmares; Doutor Ivair Augusto Alves da Silva, representando o Ministério da Justiça; Professor Hélio Santos, Coordenador do GTI; Doutor Carlos Moura, Secretário-Geral do GTI; Ministro Marco Antônio Diniz Brandão, Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos do Itamaraty; Senhores Representantes do Exército, da Aeronáutica, do EMFA, demais convidados que nos dão o prazer de estar conosco esta manhã; funcionários da SAE, Senhoras e Senhores:

No convite para a realização desta mesa-redonda, lá estava uma citação do parágrafo de posse do Presidente Fernando Henrique, no qual ele afirmou sua preocupação em assegurar direitos iguais aos iguais, às minorias raciais e alguma quase maioria, que são os negros, principalmente, que esperam que igualdade seja mais do que uma palavra: seja o retrato de uma realidade.

O primeiro passo nessa direção foi a criação, por decreto em novembro de 1995, do Grupo de Trabalho Interministerial — GTI — para a Valorização da População Negra; Fórum que reúne representantes da sociedade civil e do Governo Federal. Esse GTI representa um primeiro passo para a discussão e internalização da discussão das populações negras no âmbito da Administração Pública.

Na solenidade do Dia dos Direitos Humanos, o Professor Hélio Santos apresentou ao Presidente da República o documento intitulado “Realizações e Perspectivas” ( que está disponível neste recinto) e que foi distribuído, levantando temas importantes e candentes. Na apresentação do documento, afirma-se que o GTI tem como expectativa inscrever definitivamente o negro na agenda nacional, o que significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada. Nesse sentido, o Grupo representa um avanço conceitual e político considerável, ao trazer um debate antigo no seio da sociedade para o âmbito também do Estado. Não se trata de um debate simples ou fácil, e os militantes do Movimento Social Negro sabem disso. Desde a Independência, o ideal majoritário tem sido o de construir e manter a unidade do Estado Nacional Brasileiro, como expressão política de um povo diverso, mas único. A construção da democracia também tem sido um perene objetivo nacional, e que vai se reali-

zando, embora, às vezes, aos trancos e barrancos. Sabemos todos que a democracia ainda é imperfeita, e, mais, que seu significado se amplia com o tempo. A questão da unidade nacional, por exemplo, também muda. Passamos, assim, de uma monarquia unitária, que assegurou a unidade territorial, para uma unidade federativa ainda em construção.

Hélio Santos, com o candor que defende sua posição, dirá que o povo está dividido — não discordarei. Alberto Torres, em seu livro “A Organização Nacional”, que fazia parte da estante do meu pai, que li quando tinha 15 anos de idade, e que foi escrito em 1914, alertava para a necessidade de o país fortalecer-se social e democraticamente, como principal instrumento de manutenção de segurança no concerto das nações. Escrevia, com intuição quase profética, que o estado de paz do futuro será um sistema de polícia internacional, no qual os estados deverão manter altos padrões de ordem social. Afirma que, ademais dos instrumentos militares de defesa nacional, que são uma das preocupações da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a eliminação das causas da injustiça e da desordem são também um baluarte — e o mais importante — para nossa defesa e segurança. Caso não o façamos, diz ele, será um caso idêntico ao da Abolição, sem a organização do trabalho, sem assistência ao preto, como ele diz, e sem cuidado com sua educação. Será o caso de nossa independência, sem organização da nacionalidade, e da nossa República, sem verdade representativa e sem educação popular.

Eu citei Alberto Torres porque ele foi um dos pioneiros do pensamento estratégico no Brasil, estratégico no sentido de pensar o futuro do país e de querer moldar o futuro do país.

E no início deste século, 26 anos apenas após a Abolição da Escravatura, ele reconhece as vulnerabilidades causadas pela imprevidência em relação à população negra, deixada à sorte e ao léu em um mundo onde as teorias de supremacia racial tinham um fórum de ciência. Essa situação perdurou, como nós sabemos, por largo tempo; essa concepção foi no ocidente majoritária durante boa parte deste século. Hoje, esses mitos caíram, o racismo não é racionalmente aceito, mas persiste em certas mentes. O Brasil cresceu, continua na luta para o aperfeiçoamento de sua democracia, inclusive em termos de democracia racial. Que o Brasil já é uma democracia é incontestável, mas o próprio Presidente indica que ainda se trata de um país injusto, e, ao fazer esse tipo de declaração, ele acena com um programa de trabalho, no qual está inserido o GTI. O documento do GTI inclui um anexo sobre ações afirmativas, e as define como sendo medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como o de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrente de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.

O documento convoca a sociedade para engajar-se nessas políticas. No entanto, o conceito de ações afirmativas ainda não é objeto de consenso, sendo, em termos gerais, identificado com a concessão de cotas, como às vezes aparece na imprensa. A fluidez das linhas de cor e de raça no Brasil tornam a aplicação de

medidas de ações afirmativas mais complexas se dirigidas a uma situação étnica mais do que a outras categorias sociais, como, por exemplo, a questão dos direitos das mulheres, ou dos deficientes físicos, ou mesmo dos índios não-aculturados. Coloca-se, também, a pergunta antiga a respeito de quem é negro no Brasil. De fácil resposta para os militantes, mas muitas vezes pouco nítida para certos setores da sociedade. O tema é reconhecidamente complexo e não menos importante, e, como afirmou o Presidente, deve ser enfrentado. Nesse sentido, a Secretaria que eu dirijo, dentro de suas preocupações voltadas para o estudo e planejamento do país, tomou a iniciativa de solicitar ingresso no GTI, e, através de seus representantes — aqui devo dizer que indiquei para representar a Secretaria o Conselheiro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e a Conselheira Maria Laura da Rocha, um é Diretor do Centro de Estudos Estratégicos, e a outra é minha própria Chefe de Gabinete — tem procurado participar dos trabalhos do Grupo, prestando, na medida de nossas forças, algum apoio administrativo, mas procurando, também, dar apoio ao aprofundamento do debate no âmbito do Estado. Por essa razão, o Centro de Estudos Estratégicos, por minha orientação, organizou este debate, que será gravado, mas que terá a confidencialidade necessária para que todos os participantes, inclusive os observadores, se sintam plenamente à vontade para expressar suas opiniões. O objetivo do nosso encontro hoje é ampliar, aprofundar o debate, enriquecer a troca de idéias.

Eu sugeriria ao Professor Hélio Santos que comente pontos específicos do documento, especificamente a proposta 6.2.4, que é a de criar mecanismos para promover o efetivo acesso dos negros ao serviço público civil e militar, desenvolvendo iniciativas e programas tendentes a assegurar sua presença eqüitativa nos escalões da carreira pública e nos cargos de confiança, nos três níveis de governo.

O Professor Edvaldo Brito refletiu sobre o assunto, e ao chegar poderá alongar-se sobre o tema.

O debate, naturalmente, estará aberto a quem o desejar, e o Conselheiro Paulo Cordeiro anotarás as solicitações de palavra. Os comentários de maneira geral poderiam versar sobre os temas: do racismo, da discriminação, do preconceito racial e da auto-estima. A questão do papel dos modelos, ou seja, a trajetória de personalidades, cujas ações nos vários campos da atividade humana pudessem servir de inspiração para a população em geral, também poderia ser abordada.

Todos estão convidados a falar e a participar amplamente. Iremos distribuir a “Revista Parcerias Estratégicas”, em seu número 3, que será distribuída semana que vem, ou melhor na quinta-feira, incluindo um artigo do Doutor José Gregori e do Doutor Carlos Alves de Moura sobre as atividades do GTI.

Vamos iniciar os trabalhos.

O DOUTOR HÉLIO SANTOS — Eu queria agradecer à SAE — Secretaria de Assuntos Estratégicos — e ao Centro de Estudos Estratégicos, nas pessoas do Embaixador Sardenberg e do Conselheiro Paulo Cordeiro, pela oportunidade que dá ao GTI para vir aqui discutir amplamente, com importantes setores da sociedade, o tema racial. Eu sempre acreditei que o locus adequado para o debate sobre o tema racial fosse realmente o do campo estratégico.

Alberto Torres, que foi citado pelo Embaixador Sardenberg, e que foi, sem dúvida, um pioneiro no pensamento estratégico no Brasil, coloca o dedo na ferida, vinte e poucos anos após a Abolição. Nós já estamos aqui analisando problemas, alguns com mais de um século. A inconclusão nacional, ela se explica, em parte, pela forma como a Abolição se deu. E costumamos dizer, também, que a questão racial, antes de ser um problema, é solução importante para o conjunto do país. Não vejo a questão racial como um problema: acho que ela é a chave para a solução de diversos problemas que afligem ainda hoje a população brasileira, o conjunto nacional. As pessoas que prezam a união nacional terão muito do que se lamentar no futuro, a não se darem conta da importância do tema racial brasileiro, que, antes de ser um tema afeito aos militantes ou àquelas pessoas preocupadas com os direitos humanos da população negra, na verdade tem uma preocupação com o conjunto nacional. O país é injusto — o Presidente Fernando Henrique tem dito isso — precisamente porque não fomos capazes, até hoje, de elaborar construtos que nos levem a uma situação onde possa ocorrer igualdade e oportunidades. Quando eu falo de igualdade e oportunidade, quero me referir a igualdade de capacitação, para que as pessoas possam realmente ter as mesmas chances. Quer dizer, a chave da questão é exatamente essa: que as pessoas estejam capacitadas igualmente para que possam ter as mesmas chances em todos os campos em que a vida flui. Essa assimetria brasileira, que é tão conhecida, inclusive por alguns brasilianistas, sobre o tema dos dois brasis, essa assimetria para ser quebrada vai depender de políticas públicas especiais, específicas. E essa assimetria divide realmente o Brasil em dois. E o primeiro Brasil, o Brasil moderno, foi o país que mais cresceu neste século. Todos os estudos econômicos mostram que o Brasil desenvolvido foi o país que mais cresceu neste século. Esse primeiro Brasil é majoritariamente composto por brancos e amarelos. O segundo Brasil, anacrônico, atrasado, pobre, é, na sua grande maioria, preto e pardo. A discussão, na verdade, para quebrar isso também, está num antigo tema, que é o universalismo. Universalismo é um tema ao gosto das pessoas dos mais diferentes matizes ideológicos. E, na verdade, o que se pede aqui, contrapondo a esse universalismo, é o focalismo. Temos de focalizar políticas em determinados setores da sociedade para dar um caráter mais homogêneo a ela. O universalismo prega o tratamento exatamente igual a todos, como se fosse possível tratar pessoas fundamentalmente diferentes da mesma maneira. Evidentemente, o médico, por exemplo, não faria isso com seus pacientes; ele vai tratar pacientes de uma maneira diferenciada em função das carências que cada um demonstra. Ele não vai universalizar um tratamento. Então, acho que, para quebrarmos essa assimetria, vamos depender da adoção de um modelo de políticas de ações afirmativas. Essas políticas de ações afirmativas, na minha opinião, podem vir a ser o cimento de uma construção de uma sociedade não tão injusta como o Presidente Fernando Henrique tem se referido em seus pronunciamentos.

Quando falamos em políticas de ações afirmativas, penso num modelo próprio, específico, brasileiro, feito de acordo com nossas carências específicas. E toda vez que falamos em política de ação afirmativa, quatro argumentos são esgrimidos por pessoas dos mais diferentes matizes ideológicos. Aliás, é um dos únicos temas, digamos assim, em debate na sociedade brasileira, em que encontramos pessoas

com perfis ideológicos diametralmente opostos, tendo posições homogêneas. Isso é uma coisa que nós, do Movimento Social Negro, temos pontuado com muita ênfase nessa situação. Os quatro argumentos básicos são os seguintes:

1º) Que a política de ação afirmativa vai ferir o princípio da isonomia, que pede tratamento homogêneo para todos;

2º) É a questão do mérito, a questão da excelência. É lógico que qualquer sociedade contemporânea não pode abrir mão da excelência. No mundo de alta competitividade, excelência, essa capacidade das pessoas, é fundamental.

3º) É a questão econômica. Se na verdade não deveríamos desenvolver políticas voltadas para os pobres, esquecendo o aspecto racial. Esse é o terceiro argumento usado com muita ênfase.

4º) É a miscigenação. Um país que, desde o início da sua fundação, é um país que vem se miscigenando; e que, portanto, é muito difícil definir quem é branco e quem não é branco.

Então, esses quatro argumentos eu queria colocar rapidamente antes de atender ao pedido do Embaixador Sardenberg no que se refere à criação de mecanismos para facilitar o acesso de negros.

O primeiro, questão do princípio da isonomia, que pede tratamento homogêneo a todas as pessoas. Quer dizer, quando nós operamos esse princípio, aqui no Brasil, trabalhamos com sofisma, porque simulamos um caminho democrático. É isso mesmo, quer dizer, você diz que vai tratar todos da mesma forma e você simula que esse é um caminho democrático. Não é possível tratar de maneira igual pessoas atavicamente diferentes. Quer dizer, você consegue alguma igualdade exatamente tratando diferentemente pessoas de acordo com suas carências. Na verdade, do ponto de vista constitucional, não há, digamos assim, o princípio da isonomia não é ferido por políticas de ação afirmativa, até porque a Constituição atual está aberta a políticas específicas. Já há estudos, tive o privilégio de participar de uma banca de mestrado, há pouco no Rio de Janeiro, em que um candidato mostra com absoluta eficácia que, na verdade, a Constituição atual está aberta a políticas específicas para setores que são secularmente marginalizados.

O segundo assunto, a segunda objeção colocada, é a questão do mérito, a questão da excelência. Na Academia, por exemplo, isso é muito citado. O Físico HERNES HAMBURGUE, da Universidade de São Paulo, costuma dizer porque até hoje não conseguimos ter sequer uma indicação para o Prêmio Nobel de Física. Até hoje, é um prêmio que está aí, há algumas décadas, estabelecido, e, no entanto, conseguimos ser quatro vezes campeões mundiais de futebol. As pessoas podem imaginar que a física e o futebol não têm muita coisa a ver, mas, em termos de competitividade, é proporcionalmente mais fácil ganhar o Prêmio Nobel de Física do que ganhar um campeonato de futebol. O Brasil já foi campeão quatro vezes e deixou duas vezes essa chance escapar. Já poderíamos ter ganho esse campeonato mundial seis vezes. E, na opinião do Físico HERNES HAMBURGUE, a questão está no seguinte: é que, quando vamos selecionar físicos para as nossas universidades, trabalhamos com uma diminuta amostra da sociedade, poucos podem realmente tentar um vestibular e se transformar em físico, ao passo que, quando vamos selecionar jogadores de futebol, há uma seleção absolutamente ampla. Praticamente

na minha faixa etária, todos os homens – agora as mulheres também começaram a jogar futebol, mas todos os homens passaram por essa seleção. Eu, na escola primária, fui desclassificado por ser um grande perna de pau, e era identificado como perna de pau à distância. Mas um vizinho meu, chamado Eduardo, cujo apelido era Tostão, era um craque de bola, virou jogador de futebol e foi campeão mundial em 1970. Eu e ele jogando, notava-se a diferença a olho nu; naturalmente essa seleção ocorria. Como era uma seleção ampla, onde todos os talentos podiam emergir efetivamente, acabamos conquistando uma excelência reconhecida mundialmente no campo de futebol, mas isso não acontece nos outros setores da vida. Essa explicação não é minha, que sou um militante negro e posso aqui estar trabalhando para a minha causa, poderão dizer. Mas o Professor HERNES HAMBURGUE não é negro, é um teórico das questões acadêmicas, e a avaliação dele é exatamente essa: não conseguimos ainda ter um Nobel em Física, porque a seleção trabalha com um extrato muito pequeno da população brasileira. Então, a questão da excelência deve ser também argumentada do outro lado. Fico preocupado com os talentos que o país perde, na medida em que não abre igualdade e oportunidade a todos num mundo onde essa excelência é reivindicada, onde a competitividade é cada vez maior. Portanto, penso na contrapartida desse argumento, nas pessoas que não têm chances de demonstrarem a sua capacidade. São pessoas que não chegam a explicitar a sua capacidade porque não tiveram chance.

O terceiro argumento é o da questão econômica. Muitas pessoas acham que deveríamos investir na pobreza, e que isso seria, digamos assim, uma maneira adequada de privilegiar os negros, na medida em que a maioria esmagadora da população negra está, digamos, na faixa dos mais pobres economicamente. Não podemos concordar com esse argumento. As dificuldades raciais são suficientemente difusas para atingir inclusive os negros bem aquinhoados. Eu costumo dizer que algumas dificuldades ocorrem de uma maneira mais precisa para aqueles que conquistaram, por exemplo, o status de classe média, e que passam a concorrer de maneira mais igualitária com os outros segmentos da sociedade. Portanto, o argumento de que devemos investir apenas nos mais pobres, e que essa seria a maneira adequada, e não privilegiar sob o aspecto racial, eu quero dizer, que no Brasil temos uma pobreza que é uma pobreza cristalizada, que é uma pobreza secular, ou seja, os investimentos devem ser feitos de uma outra forma. O investimento na pobreza, exclusivamente na pobreza, ele não conseguirá alavancar, por exemplo, os setores negros, que são setores que, além de empobrecidos, são historicamente marginalizados: que trabalham com uma auto-estima extremamente baixa. Portanto, um investimento, digamos assim, linear não conseguirá alavancar, não vai conseguir um resultado que me parece mais eficaz.

E o quarto argumento é o da miscigenação. Quando esse argumento é trazido, e quando eu lembro que o Professor Gilberto Freyre trabalhou com o conceito de democracia racial, eu defendo Gilberto Freyre, porque o conceito de democracia racial com que ele trabalhou era mais no sentido do fusionismo racial, da mistura. Gilberto Freyre nunca acreditou que a população negra no Brasil estivesse, digamos, que essa miscigenação provocasse uma alavancagem socioeconômica. Ao contrário, ele criticava duramente as dificuldades que os negros sempre enfrentaram.

E essa miscigenação é efetiva na sociedade brasileira, não há como discutir isso. Por isso, o Brasil, apesar de não ser uma democracia racial, somos um país que tem a possibilidade de um dia vir a ser realmente uma democracia racial. Estamos longe, mas é que aqui as dificuldades raciais não impediram a miscigenação, que é concreta na sociedade brasileira. O Brasil pode vir a ser, numa época futura, uma efetiva democracia racial, porque a miscigenação aqui não foi imposta, ela conseguiu fluir. Esse fusionismo racial, que é uma realidade, não pode ser argumento para alegar dificuldades para as políticas de ação afirmativa. Nós que atuamos no movimento social negro, trabalhamos com os recortes sociais de acordo com aquilo que o IBGE estabeleceu. O IBGE divide a população brasileira em brancos, pretos e pardos; mas os brancos não são divididos em loiros e morenos, por exemplo, mas eles dividem o segmento afro-brasileiro em pretos e pardos. Os pardos representariam 39% da nossa população, os pretos 5%. Esses 44% representam mais de 70 milhões de habitantes, mais que o dobro da população da Argentina. Nesse sentido a miscigenação, para nós, representa o seguinte: quando fazemos os recortes de pretos e pardos, percebemos que os chamados pardos e os pretos não têm diferença do ponto de vista educacional, nem do ponto de vista econômico; por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, os chamados pardos têm uma situação socioeconômica inferior à dos pretos. Não é nenhuma arbitrariedade científica quando nós agregamos pretos e pardos e trabalhamos com um componente só, porque, do ponto de vista socioeconômico, do ponto de vista da mobilidade social, não existe diferença. A mobilidade dos chamados pardos é muito mais no sentido de ir e vir, é muito mais no sentido de uma ilusão. Do ponto de vista socioeconômico, todos os estudos de que dispomos, não nos autorizam a tratar esses segmentos raciais diferentemente. Nós temos que agregá-los, porque as dificuldades são concretas, são iguais no plano da educação, no plano econômico. Então, acho que esse argumento da miscigenação, as pessoas que se identificarem como pretas ou pardas, na minha avaliação, devem ser o alvo de políticas específicas, porque não há diferenças das dificuldades que essas pessoas enfrentam.

Então, eu queria concluir, dizendo que: se alega que a grande dificuldade do racismo na África do Sul e nos Estados Unidos — na África do Sul até recentemente, e nos Estados Unidos até os anos 60, a grande dificuldade era exatamente a maneira dura, a maneira concreta com que o racismo se abatia lá — era com o apartheid. Nos Estados Unidos até os anos 60 tínhamos uma separação muito definida de brancos e não-brancos; e na África do Sul, até recentemente. Isso criou uma situação que acabou propiciando políticas de ação afirmativa e uma mudança. Já, no Brasil, a grande fraqueza nossa, a grande força do racismo aqui, está exatamente na aparente fraqueza com que as dificuldades se manifestam, ou seja, a situação do Brasil é diametralmente oposta a que foi na África do Sul e nos Estados Unidos. Lá, a fraqueza do racismo era a força com que ele se abatia. Aqui, a força do racismo é a fraqueza com que muitas vezes ele se abate, é a maneira com que ele se manifesta, sempre com suas mil caras, como em um caleidoscópio, de uma maneira extremamente eficaz em manter o negro onde esse sempre esteve, à margem. Isso não é uma vocação, do negro estar à margem, estar à margem por dificuldades seculares, por um processo de marginalização que dificulta sua

ascensão. Então, acho que essas situações bem diferenciadas fazem com que nós, que queremos mudar, e não importar modelos que deram certos em outros países, podem ser uma referência distante, mas vamos ter que, aqui no Brasil, realmente pensar em políticas de ação afirmativa que contemplem a nossa realidade que é complexa. Acho que, aí, a idéia da igualdade e oportunidade está, primeiramente, em capacitar, e num segundo momento, flexibilizar, facilitar a entrada, facilitar o acesso para que o negro possa disputar em igualdade de condições e dar à sociedade brasileira um caráter de maior de justiça.

O Embaixador Sardenberg pede que comentemos o item que está na página 68 deste material que entregamos ao Presidente da República — página 68, item 6.2 — Trabalho; que é criar mecanismos para promover o efetivo acesso dos negros ao serviço público civil e militar, desenvolvendo iniciativas e programas tendentes a assegurar sua presença equitativa nos escalões das carreiras públicas e nos cargos de confiança nos três níveis de governo.

A criação de mecanismos que possam permitir esse efetivo acesso estão colocados na página anterior, a de número 67, no 6.1 — Educação; que é instituir e estimular a criação de cursos especiais de preparação de candidatos negros para o ingresso nas universidades e nas carreiras públicas, civis e militares.

Isso pode parecer muito inusitado para a maioria das pessoas que estão aqui nesta manhã conosco, mas não localizamos uma maneira melhor de permitir a redução das grandes diferenças, das abismais diferenças existentes entre negros e brancos ainda hoje aqui no Brasil. E a estimulação da criação de cursos especiais para preparar candidatos negros não só para o ingresso nas universidades, não só para a criação de cursos noturnos nessas universidades, que são elitistas sim, e que funcionam sempre durante o dia, essas universidades podem adquirir conteúdo mais popular, estendendo seus cursos noturnos e facilitando o ingresso dessas pessoas. Na Universidade de São Paulo, estamos discutindo isso, e, a partir de 1999, nós teremos uma política na Universidade de São Paulo que facilita, que flexibiliza o ingresso de negros em seus exames de vestibulares, e, também nas carreiras públicas civis e militares. Acho que não há como, simplesmente, abrir a porta para que a população negra possa adentrar, mas é necessário capacitar a população, e essa capacitação pede realmente um investimento do Estado. Acho que isso é que vai, digamos, a médio prazo, manter a união nacional. Acho que vamos romper o próximo milênio ainda com uma sociedade extremamente injusta, mas, pela velocidade dos tempos atuais, impostos pela globalização, a não-absorção da população negra vai criar um quisto, vai criar um volume populacional gigantesco apartado do desenvolvimento e que, sem dúvida alguma, vai representar dificuldades grandes para o país. Hoje, não apresentamos mais apenas o argumento étnico. O argumento étnico deveria ser suficiente para que pudéssemos adotar políticas de ação afirmativa. Há muito tempo eu abandonei esse discurso. Hoje, não uso mais o discurso étnico, uso o discurso eminentemente econômico e operacional. Quer dizer, o país, digamos assim, ao dar as costas, a não investir adequadamente no segmento populacional afro-brasileiro, vai, a médio prazo, criar dificuldades imensas para o nosso desenvolvimento harmônico; hoje já vivemos isso nas grandes metrópoles. Em algumas grandes cidades brasileiras, em algumas regiões, temos

quase um estado de guerra civil. Tudo isso é o resultado de uma política, digamos assim, de abandono; uma política que tem uma característica universalista, que acho que deve universalizar os direitos, quando, na verdade as pessoas que estão alojados na sociedade são diferentes, e pedem, evidentemente, um postura diferenciada do Estado. O Estado tem de substituir uma situação de quase anomia, que durante muito tempo existiu, por uma política focalista.

Sinto-me privilegiado de ter estado aqui nesta manhã, exatamente por continuar acreditando que o locus adequado para a discussão racial junto ao Estado é exatamente no campo estratégico.

Quero cumprimentar o Conselheiro Paulo Cordeiro por esta oportunidade que nos deu, e estou à disposição para continuarmos com esse diálogo.

Obrigado pela atenção.

## RESUMO

### Medidas de Ações Afirmativas para a Valorização da População Negra Ronaldo Mota Sardenberg e Hélio Santos

Foi realizada, no dia 29 de julho de 1997, no Centro de Estudos Estratégicos, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, uma mesa-redonda sobre o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra.

Foram principais oradores o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário de Assuntos Estratégicos e o Professor Hélio Santos, Coordenador do GTI. O primeiro ressaltou a determinação do Presidente da República em assegurar direitos iguais para todos, além da esperança de que a igualdade seja mais do que uma palavra, seja o retrato de uma realidade. O segundo orador, o Professor Hélio Santos, confirmou a referência a Alberto Torres como um dos pioneiros do pensamento estratégico no Brasil, e quem, já em 1914, vinte e poucos anos após a abolição, apontava uma situação anômala ainda hoje persistente, mais de cem anos passados da Lei Áurea.

## ABSTRACT

### Considering the Black Population: Effective Measures Ronaldo Mota Sardenberg e Hélio Santos

At the Centre for Strategic Studies, of the Secretariat for Strategic Affairs, of the Presidency of the Republic, in July 29, 1997, was held a session of The Interministerial Working Group (IWG) to Value the Black Population.

The main speakers were Ambassador Ronaldo Mota Sardenberg, Head of the Secretariat for Strategic Affairs, and Professor Hélio Santos, Chairman of

IWG. The former speaker called attention to the fact that the Presidency of the Republic is determined to assure equal rights for all, besides expecting that equality becomes more than a word: the portrait of a reality. The latter speaker, Professor Helio Santos, confirmed Alberto Torres as one of the pioneering Brazilians in the field of strategic reasoning, and who, in 1914, twenty six years after the abolition of slavery denounced problems still found nowadays.

### OS AUTORES

RONALDO MOTA SARDENBERG diplomata, é Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Embaixador, já serviu como Secretário em Washington e na Delegação do Brasil junto à ONU em New York, foi Embaixador do Brasil em Moscou; Ulan Bator; Madrid; e, chefiou a Delegação do Brasil junto à ONU em New York.

HÉLIO SANTOS é professor titular da Faculdade de Economia - PUC de Campinas e Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra.